

A escola enquanto espaço para a promoção de uma cidadania europeia crítica¹

Filipe Piedade

Em 2019, o Parlamento Europeu chamava a atenção dos Estados-membros da União Europeia (UE) para a importância de a “dimensão europeia no ensino, além de promover a aquisição de conhecimentos e desenvolver um sentimento de pertença e competências associadas à cidadania europeia por parte dos alunos, deve[r] permitir que estes reflitam de modo crítico sobre a UE” (Parlamento Europeu, 2019, p. 5). Apesar de, na área da educação, a ação da UE se subordinar ao princípio de subsidiariedade², este, e outros apelos europeus (European Commission/EACEA/Eurydice, 2016), parecem encontrar tradução nas diretrizes educativas portuguesas, que, formalmente, reconhecem a importância de promover as competências de pensamento crítico (PC) das/os estudantes do ensino secundário (Ministério da Educação, 2017). Mas será que existe uma visão clara do que, na prática, essa promoção implica? E quais as condições do atual sistema educativo português para a promoção de uma cidadania europeia crítica?

Por um lado, a UE e a cidadania europeia são apresentadas por alguns manuais escolares de forma desproblematizada e normativa, não promovendo o PC dos/as estudantes sobre assuntos europeus. Por outro lado, os relatos de muitos/as professores/as e estudantes revelam uma profunda desconexão entre o objetivo de promoção do PC e as práticas educativas adotadas no ensino secundário português. Professores/as e estudantes denunciam a falta de tempo para a participação em atividades pedagógicas, tais como discussões, debates, simulações e resolução de dilemas, que permitam uma reflexão crítica sobre questões europeias. Para essa falta de tempo, contribuem currículos demasiado

¹ Para um aprofundamento das questões aqui afloradas, consultar a tese de doutoramento com o título “Contributos da escola para uma cidadania europeia crítica” (disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/136386>).

² O princípio de subsidiariedade permite a cada Estado-membro da UE manter o controlo sobre a estrutura e conteúdos do seu sistema de ensino, limitando-se as instituições europeias a emitir recomendações cuja adoção assume efeito não-vinculativo.

extensos e um peso excessivo da avaliação no percurso educativo dos/as estudantes. Em contrassenso com evidências que indicam que o desenvolvimento de competências associadas ao PC requer práticas sistemáticas e consistentes, estas circunstâncias acabam por levar a que a promoção do PC em contexto escolar fique essencialmente circunscrita a esforços isolados e esporádicos de alguns professores/as. Acresce que muitos/as desses/as professores/as reconhecem que a sua própria falta de formação limita a adoção e eficácia de métodos pedagógicos críticos. Perante estes constrangimentos, torna-se necessário encontrar, dentro do atual contexto educativo, vias alternativas e estratégias pedagógicas que permitam a promoção efetiva do PC dos/as estudantes sobre questões europeias.

Assumindo que a educação para a cidadania deve ter uma função de autonomização crítica dos/as estudantes, avança-se com a possibilidade de os espaços atualmente destinados à educação para a cidadania passarem a incluir uma pedagogia crítica baseada em experiências interativas sobre temas sociopolíticos moralmente controversos e, preferencialmente, ligados a questões humanitárias, ambientais, dos direitos dos animais e sobre o funcionamento democrático, que se têm demonstrado eficazes no desenvolvimento das competências de PC dos/as estudantes. Essa inclusão poderia ajudar o atual sistema de ensino secundário a circundar as limitações de tempo verificadas em muitas disciplinas, principalmente de cursos científico-humanísticos, abrindo espaços para a promoção de uma cidadania não só informada, mas também crítica, das gerações mais jovens.

Contudo, para que a concretização dessa via seja possível, será necessário assegurar algumas condições essenciais. Desde logo, seria fundamental oferecer formação às/aos professoras/es envolvidas/os nestas atividades, para que estas/es se sintam preparadas/os para as dinamizar de forma eficaz e explorando algumas das potencialidades que as ligações afetivas dos/as participantes com os temas abordados podem assumir no seu desenvolvimento moral e cognitivo. Em simultâneo, seria importante fazer acompanhar estas abordagens de uma transformação do próprio ambiente escolar no sentido de proporcionar condições para que os/as estudantes possam exercitar as suas competências críticas dentro do contexto escolar em que se

inserir. Isto implicaria um empoderamento das/os estudantes, através de um maior estímulo e valorização dos seus contributos críticos, na gestão democrática do espaço escolar e das dinâmicas que se estabelecem dentro do mesmo.

A cidadania pode e deve servir como ponto de partida para a reflexão sobre temas social e politicamente controversos. Nesse sentido, também a educação para a cidadania europeia deveria adotar uma pedagogia crítica que inclua a discussão de algumas das questões sociopolíticas mais complexas com as quais a UE se depara na atualidade e se confrontará no futuro. Dada a limitada capacidade de ação da UE relativamente aos conteúdos e abordagens pedagógicas privilegiadas pelos sistemas de ensino de cada um dos seus Estados-membros, cabe, essencialmente, às autoridades educativas nacionais assegurar as condições práticas, nomeadamente de formação de professores/as e de disponibilização de tempo para a reflexão conjunta das/os estudantes sobre temas europeus, que permitam às escolas contribuir efetivamente para a consolidação de uma cidadania europeia verdadeiramente crítica.



Filipe Piedade é doutorado em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e investigador do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIEE) e do Instituto de História Contemporânea (IHC). Tem desenvolvido investigação sobre questões relacionadas com a importância do pensamento crítico e das emoções na cidadania ativa dos/as jovens. Atualmente, é investigador do projeto ProW - Promoting Teachers Wellbeing through Positive Behaviour Support in Early Childhood Education (financiado pela Comissão Europeia através do Programa Erasmus+, <https://prowproject.eu>).

Referências

European Commission/EACEA/Eurydice (2016). *Promoting citizenship and the common values of freedom, tolerance and non-discrimination through education: overview of education policy developments in Europe following the Paris Declaration of 17 March 2015*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Ministério da Educação (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. (Retirado de http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf).

Parlamento Europeu (2019). *Aprender sobre a UE na escola: Resolução do Parlamento Europeu, de 12 de abril de 2016, relativa a aprender sobre a UE na escola (2015/2138(INI))*. (Retirado de Textos aprovados - Aprender sobre a UE na escola - Terça-feira, 12 de Abril de 2016 (europa.eu)).